RELATO DE EXPERIÊNCIA*

**ESCOLA DOS INDÍGENAS (E POR CAUSA DELES) PARA A SUPERAÇÃO DA
ESCOLA PARA (E CONTRA OS) INDÍGENAS: complementaridade de
sementes/ferramentas para pensar o sistema educacional que forma um tipo novo de ser
humano (liberto)**

Rilane Silva Reverdito Geminiano¹

Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai” (Ainton Krenk)²

Descolonizando a escrita

Nesta pesquisa, houve inúmeros aprendizados a partir do contato com o modo específico da escrita acadêmica dos indígenas, que pode ser produzida por onde quisermos e/ou necessitarmos. Desse modo, buscou-se pensar a revolução no âmbito da sociedade indígena acadêmica, a partir de uma nova ordem social e de uma nova forma de organização das relações sociais na pesquisa e na escrita. Por conseguinte, buscou-se pensar como conceitos/teorias originárias e ancestrais foram mutilados desde as primeiras invasões da sociedade europeia. Assim, tal perspectiva está concatenada com o intuito de desenvolver o pensamento/a escrita dos conceitos/a teoria, já superando uma degradação intelectual histórica e degenerada e não se reduzindo a uma educação treinada para o mercado e operada de forma mais bárbara na expansão territorial do capitalismo mercantil.

---

¹ Licenciada em Música pela Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG (2007). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília - SP (2019). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília (2020-2024).

² apud BARRETO, 2022, p. 7.

---

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3ª ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.

Nesse sentido, o treinamento associado ao aperfeiçoamento da escrita aprovada pela academia está dividido da seguinte forma neste trabalho: introdução, desenvolvimento/metodologia e conclusão da tese. Trata-se de tópicos mínimos para ser considerado um bom texto acadêmico ou para a **esterilidade intelectual do pensamento humano**. Outrossim, este capítulo será desenvolvido a partir da necessidade de uma nova ordem intelectual - gestada na literatura indígena - do processo da escrita na qual iniciei escrevendo sobre o que parafraseei de Ailton Krenak e seguindo para a parte (b) do título: “complementaridade de sementes/ferramentas para pensar o sistema educacional que forma um tipo novo de ser humano (liberto)” até o título (a) “escola dos indígenas (e por causa deles) para a superação da escola para (e contra os) indígenas”, possibilitando a prática *taluni*³.

Memória curta e fraca

Os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados. Porém, não precisamos, como os brancos, de peles de imagens para impedi-las de fugir da nossa mente. Não temos de desenhá-las, como eles fazem com as suas. Nem por isso elas irão desaparecer, pois ficam gravadas dentro de nós. Por isso nossa memória é longa e forte. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 75).

Ailton Krenak (apud BARRETO, 2022) diz que a memória (história) de onde venho determina quem sou e para onde vou. Nessa esteira de discussões, o antropólogo *Yupuri-uremiri-sararo-buberaporã* - João Paulo - (BARRETO, 2022) faz o percurso dentro da canoa da transformação para (des) aprender, para despir o corpo por meio do ato de (re) aprender caminhos para o seu mundo, considerando suas memórias ancestrais, que foram esquecidas após um longo processo de distanciamento da vida comunal de origem *Yepamahsã*, devido à presença da escola não indígena, cujo funcionamento advém do sistema de internato salesiano.

Além disso, o exercício da reflexividade para (des) aprender, (re) aprender “sob as lentes” (BARRETO, 2021) dos povos originários, até então, isto é, anterior a pesquisa acadêmica e a partir dela no ProfSocio (2018-2019), partiu de ferramentas/sementes

---

³ Conceito desenvolvido pelo povo indígena Nambiquara/Katitãuhlu que se refere à prática dialógica. Nesse sentido, reflexões, indagações e problematizações de questões são contínuas e em coletividade (adultos, velhos e crianças possuem e têm direitos de exercerem *taluni*).

germinadas para despír o corpo, trocar as lentes, rememorar, aprender e (re) aprender caminhos frutíferos na formação de “um tipo novo de ser humano (liberto)” (LEV VYGOTSKY, 2004). Tal abordagem resultou em um subtítulo de dissertação “vivências transformadoras” (GEMINIANO, 2020), considerando que, em nenhum momento anterior à pesquisa, eu havia refletido para conhecer a história dos meus ancestrais. Ademais, sempre busquei, de forma pragmática, negar, anular e esquecer minha ancestralidade, a tal ponto de chegar a afirmar que não sei quem sou, para onde vou e nem qual caminho percorrer para a formação da minha personalidade, que é determinada pelas relações sociais na história da humanidade (LEV VYGOTSKY, 2004).

O mesmo Krenak afirmou palavras inspiradoras para o desenvolvimento da minha personalidade, situada no âmbito da consciência individual em uma sociedade histórica - De onde venho? Quem são meus ancestrais? Onde está minha história? Procuo conhecê-la? Ou quero negá-la? Quem são os do meu sangue? A minha bisavó, aquela pega no laço? O mesmo pensador, juntamente com Davi Kopenawa (2015), problematizou questões referentes ao sistema educacional, no qual me situo mais adiante. Vale destacar, ainda, que, a partir da complementaridade dos textos “A transformação Socialista do homem” (LEV VYGOTSKY, 2004), “A Assim Chamada Acumulação Primitiva” (MARX, 1983) e demais autores indígenas (BARRETO, 2021, 2022; SMITH, 2018; KOPENAWA; ALBERT, 2015; BANIWA, 2022), buscarei superar a questão problematizada por eles - Krenak e Davi Kopenawa - tão necessária para minha ascensão crítica e tão intensamente pronunciada de forma consciente por Ailton Krenak sobre o sistema educacional como “[...] um serviço e competência do Estado, onde ele tem a hegemonia de informar esse processo e organizá-lo” (KRENAK)⁴. Para ele, é preciso problematizar a relação entre o Estado, a mão de obra e a aquisição desenfreada de propriedades visando o acúmulo de capital nas mãos de poucos, considerando que essas mãos, que já não produzem mais poderiam ter produzido algo para si durante a vida dos sujeitos que, quando já não servem mais, são descartados pelo sistema.

---

⁴ KRENAK, Ailton. A Potência do Sujeito Coletivo. Entrevista Parte II. (org.) SILVA, Jailson de Souza e. **Revista Periferia**. p. 1-11). Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: 03 de abr. 2023.

300 indígenas na universidade é < 300 indígenas na aldeia

É preciso então perguntar: A qual universidade Ailton Krenak se refere? O que se ensina e o que se aprende nessa universidade? São conhecimentos por causa deles ou conhecimentos contra eles? O conhecimento produzido no sistema educacional é perigoso? Quais são os perigos desse conhecimento academicista?

Além do perigo desses conhecimentos (contra o indígena/homem) na academia, há o êxodo das pessoas - no caso aqui supracitado pela liderança Krenak, emigração dos acadêmicos indígenas das suas comunidades - para a cidade, já vivenciado na história pelas sociedades camponesas no mundo, com consequências desastrosas, geridas pelos grandes usurpadores de terras e de riquezas que ela produz. A consequência dessa usurpação violenta e histórica dos camponeses expulsos da sua terra comunal pode ser associada a atrocidades visíveis até aos nossos dias, como no caso da sociedade brasileira.

Pode ser destacado, também, que relatos como aquele supracitado por Marx (1983) no século XIX sobre a origem do capitalismo no século XV é vivenciado pelas sociedades indígenas - e por todos os que estão nas margens do caminho do progresso, do desenvolvimento, os “sub-humanos” (KRENAK, 2020) - no mundo em que tais sujeitos resistem a viver em função do processo de produção para a mais-valia. Em meio ao capitalismo explorador, tem-se criado um novo tipo de ser humano, uma nova personalidade e, conseqüentemente, uma nova sociedade, com contradições internas, criadas nela mesma, que ainda não é capaz de compreender que “não se come dinheiro” (KRENAK, 2020, p. 8). Vale reiterar as palavras de Marx (1983), que disserta a respeito do embrião da produção do capitalismo na Europa e com maior intensidade na Inglaterra.

O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observa acertadamente Sir James Steuart, “por toda parte enchiam inutilmente casa e castelo”. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa. Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o

mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal. O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a conseqüente alta dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa. Harrison, em sua *Description of England. Prefixed to Holinshed's Chronicles*, descreve como a expropriação dos pequenos camponeses arruína o país. *Whatare our great incroachers! (Mas o que importa isso a nossos grandes usurpadores!) As habitações dos camponeses e os cottages dos trabalhadores foram violentamente demolidos ou entregues à ruína* (MARX, 1983, p. 343).

Infelizmente, o que Marx (1983) escreveu sobre a história de violência produzida pela “minoridade da humanidade” sob a “maioria, os sub-humanos”, acerca da massa/casta oprimida, considerando a posse dos donos do capital, que violentam a maioria da população, continua atual. Tal maioria é constituída por aqueles que possuíam nas mãos a força de trabalho para a produção de mercadorias - mesmo que essa força da sub-humanidade degenerada resistisse por pouco tempo (será mesmo que isso importa à classe “humanitária”?) - para a acumulação de capital, evidenciada desde muito antes do século XVI, e conhecida como a era capitalista.

É preciso destacar que o ponto de partida do sistema capitalista se deu a partir da transformação da exploração nas mãos do senhor feudal, visto que, antes, seu poder e sua riqueza estavam na quantidade de súditos que possuía em suas terras, considerando-se, ainda, que alguns súditos tinham títulos de pequenas propriedades para sustento de suas famílias no âmbito de uma produção alimentar comunal. A partir da criação do proletariado e sua relação com o Parlamento de forma jurídica, para que houvesse a expulsão e a usurpação da propriedade comunal dos camponeses pelo senhor feudal, criou-se um novo fenômeno que seria útil aos detentores do poder: o uso do dinheiro. Desse modo, a terra, que era preparada para a lavoura na produção de alimento passou a ser somente alimento (pastos) para ovelhas, cujo ciclo gerava o poder de alguns - senhor feudal e os donos das manufatureiras -, no que diz respeito à detenção dos lucros advindos da transformação da mercadoria (lã) em dinheiro (poder).

A vida daqueles que foram arrancados dos meios de sobrevivência influenciou o rei Henrique VII, de 1489, e seu sucessor, Henrique VIII a renovarem a mesma lei que mencionava a massa trabalhadora que gera o acúmulo de capital. Assim, conforme relata o decreto 25 de Henrique VIII,

[...] muitos arrendamentos e grandes rebanhos de gado, especialmente de ovelhas, acumulam-se em poucas mãos, por meio do que as rendas da terra tinham crescido muito, decaindo, ao mesmo tempo, a lavoura (tillage), sendo demolidas igrejas e casas e massas populares maravilhosas incapacitadas de sustentar a si mesmas e a suas famílias (MARX, 1983, p. 344).

Sabemos que as leis existem desde o império para conter a expropriação da população do campo, considerando seu espaço de subsistência própria e de seus familiares, que não foram suficientes ao sistema de exploração recorrente, visto que, no início do século XVIII, por exemplo, os trabalhadores não possuíam 1 ou 2 acres de terra. Não é à toa que Marx chegou a mencionar, acerca da população trabalhadora: “está feliz quando ela é dotada de um jardinzinho ou quando pode arrendar longe dela umas poucas varas de terra” (MARX, 1983, p. 345). Desse modo, as leis não foram suficientes para o povo (força de trabalho) na época do feudalismo, da Reforma e do Estado, já que, no século XVIII, com o progresso, a lei consistiu em uma ferramenta (contra o povo) de roubo das terras das massas humanas, que são violentadas e exploradas historicamente no mercado de trabalho para obtenção da mais-valia, que gera mais capital, mais poder para apenas alguns sujeitos.

Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar (MARX, 1983, p. 354).

Hoje, no século XXI, Davi Kopenawa aprende a língua portuguesa para lembrar àqueles de mente curta e fraca, o acontecimento dos chamados por ele de “povo da mercadoria”, que tem assolado a terra e tudo o que nela pertence em prol da ganância dos *napë* por poder, que, por sua vez, chegam a delirar com suas mercadorias.

Entretanto, para que minhas palavras sejam ouvidas longe da floresta, fiz com que fossem desenhadas na língua dos brancos. Talvez assim eles afinal as entendam, e depois deles seus filhos, e mais tarde ainda, os filhos de seus filhos. Desse modo, suas ideias a nosso respeito deixarão de ser tão sombrias e distorcidas e talvez até percam a vontade de nos destruir. Se isso ocorrer, os nossos não mais morrerão em silêncio, ignorados por todos, como jabutis escondidos no chão da floresta (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 76).

As ferramentas do colonizador

A pesquisadora do povo indígena Maori, Linda Tuhiwai Smith (2018), deixa claro que as ferramentas do colonizador nunca servirão para destruir sua própria casa e, ainda, de forma

imperativa, faz o chamamento para a criação das próprias ferramentas/sementes - dos indígenas - que vão ser produzidas por meio, para e na pesquisa acadêmica desenvolvida em comunidades científicas por causa deles e não contra eles. Desse modo, a autora apresenta tópicos firmados como prioridades para refletir sobre projetos de pesquisas maori, deixando claro que os pontos elencados, naquele momento de conferência dos pesquisadores indígenas da saúde, foram apresentados no ano de 1996 como prioridades e que não se trata de pontos definitivos, mas em constante mudança, o que requer diálogos constantes para a criação de novas estratégias de pesquisa necessárias e prioritárias para a comunidade.

Quadro 1 - Estabelecendo direções e estratégias

como os maoris, determinar nossas próprias necessidades e prioridades de pesquisa;
definir os modos de pesquisa que devem ser levados adiante;
formar pesquisadores maoris;
discutir éticas culturalmente apropriadas;
promover o contínuo desenvolvimento de métodos culturalmente simpáticos;
contínua colaboração com nossas próprias e diferentes <i>iwi</i> e com as comunidades de interesse;
desenvolvimento e disseminação da literatura sobre a pesquisa escrita pelos maoris;
reflexão, avaliação e crítica contínuas de nós mesmos, como uma comunidade de pesquisadores maoris;
ampliação, para os maoris (e para outros povos indígenas), das fronteiras de nossos campos e de nossas disciplinas;
educação de comunidades de pesquisa mais amplas, incluindo comunidades científicas, acadêmicas e políticas;
responsabilidades e resultados para os maoris.

Fonte: Smith (2018, p. 220).

Smith e demais pesquisadores indígenas dialogam sobre a pesquisa sob a perspectiva indígena de “recontar a história” na escrita acadêmica produzida pelos colonizados. Assim, o sistema educacional é uma semente/ferramenta para a formação e para a transformação de um

novo tipo de homem, a partir da mudança da personalidade humana, considerando aqueles que foram mutilados e treinados com ferramentas do colonizador, mas que “[...] têm ecoado onde quer que os povos indígenas tenham a oportunidade de “recontar” ao mundo acadêmico” (SMITH, 2018, p. 85). Para a prática de recontar a história a partir das lentes do colonizado, é necessário conhecer para compreender e superar a supremacia da cultura branca. Ademais, para isso, se faz necessário a qualificação de uma educação ocidental, sem destruir seus valores ideológicos, suas práticas de vida, sua língua, enfim, as identidades originárias de cada povo. Acerca disso, Smith escreve:

Tal esforço tem significado uma “observação participante significativa” da pesquisa, da cultura e das políticas de pesquisa, de como elas têm sido institucionalizadas e estabelecidas nas colônias, e de como a pesquisa, em particular, tem estado implicada em nossa colonização. Mas isso tem também a ver com o entendimento dos modos como a pesquisa pode fornecer maneiras sistemáticas de compreender nossas próprias dificuldades, de responder às nossas próprias questões e de nos ajudar a resolver como comunidade nossos próprios problemas e a nos desenvolver. Engajar-se em uma discussão a respeito da pesquisa como questão indígena tem significado encontrar uma voz ou um modo de expressar nossas preocupações, medos, desejos, aspirações, necessidades e perguntas no que diz respeito à pesquisa. Quando os povos indígenas se tornam pesquisadores e não meramente os pesquisados, a atividade de pesquisa é transformada. Indagações são feitas diferentemente, prioridades são classificadas diferentemente, problemas são definidos diferentemente, as pessoas participam sob outros termos (SMITH, 2018, p. 221).

Como já visto nos capítulos anteriores, essa escola, vista numa perspectiva (contra os) indígena(s), é agora a instituição mais reivindicada, ao lado do direito ao território. Estudando os pesquisadores indígenas acerca desse aspecto, fica então explícito porque querem e necessitam desse sistema educacional (escola), que vai na contramão do ideal de vida da pessoa indígena, além do risco de resultar na dizimação física, intelectual e de personalidade humana que ela (a escolarização eurocêntrica) acarretou aos povos originários. A esse respeito, aprendo com os pesquisadores indígenas que o perigo de se apropriar do conhecimento Ocidental reside no fato de a pesquisa deixar de ser um espaço de luta e de resistência do Outro: o indígena. Portanto, trata-se da pesquisa como universo

[...] revelador da luta entre interesses e modos de conhecimento do Ocidente e interesses e modos de resistência do Outro. Neste exemplo, o Outro tem-se constituído com um nome, um rosto, uma identidade particular, a saber: *povos indígenas* (SMITH, 2018, p. 12, grifo nosso).

Diante disso, torna-se cada vez mais necessário e urgente pensar que essa mesma instituição é um espaço de complementaridade de conhecimentos, para a criação das próprias ferramentas, por meio das quais se vai pensar um novo sistema educacional (escola do indígena) de formação de um tipo novo de ser humano (liberto) e de gerações novas, que criam novas formas em meio à instauração de um sistema educacional libertador.

Os *napë* e suas escolas contra eles e não por causa deles

Como já mencionado anteriormente, a ganância do homem pelo acúmulo de capital e por poder são históricas. Daí, as consequências das relações humanas e também do impacto com o meio ambiente denunciam “a queda do céu” (KOPENAWA, ALBERT, 2015), primeiro, é claro, seguindo a ordem violenta de um tipo de homem que acumula capital desde o princípio, que pode ser intitulada “A assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 1983, p. 339).

Nesse sentido, se perpetua o crescimento do capitalismo a qualquer preço, a ponto de haver uma mudança em relação ao extermínio de grupos indígenas, fazendo emergir sujeitos então conhecidos como os bugueiros. Tais sujeitos chegaram a exibir orelhas de pessoas indígenas exterminadas, porque tais indígenas não haviam se submetido ao sistema imposto desde a primeira usurpação do território pelo império europeu na territorialização ameríndia imemorial. Diante disso, o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2022) escreve que, no Brasil, os povos indígenas

foram logo identificados pelos agentes econômicos como “índios bravos”, que ameaçavam as novas levas de exploradores do interior. No sul, sudeste e em partes do centro-oeste foram violentamente perseguidos pelos chamados “bugueiros”. **Estes eram matadores profissionais, que realizavam campanhas de extermínio em certas regiões, recebendo pagamento em função do número de orelhas de índios mortos que exibiam aos seus contratadores** (SANTOS, 1987). Ainda que o extermínio não fosse uma política oficial, vigorava como prática cotidiana e era tacitamente admitido em várias partes do país, notoriamente na região amazônica, no sul e em Mato Grosso (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016 apud OLIVEIRA, 2022, p. 23-24, grifo nosso).

As fronteiras e linhas de reta desse sistema, devido as sementes germinadas na acumulação primitiva por meio das forças de produção material, desconsideram a selvageria que resulta na servidão do trabalhador urbano e caracteriza os desprovidos desse trabalho urbano como “vagabundos”). Além disso, ignora-se o prejuízo ambiental (povos indígenas são

nomeados de preguiçosos, alcoólicos, oportunistas, vingativos) e também que já se trata de um povo com mais de um milhão e meio no Brasil, sendo o total já registrado pelo último IBGE composto de 1.652.876⁵ indígenas. São esses sujeitos que preservam o planeta Terra, se não já teriam retirado todo nosso ar, e feito isso de forma silenciosa (KRENAK, 2020).

Os *napë* buscam dia e noite suas mercadorias obtidas via acumulação desenfreada de capital, desconsiderando a desumanização daí resultante, a ponto de não rememorem suas origens, desconhecem sua cultura, seu povo, seu sangue, mesmo que externalizem palavras vazias, inconscientes - “minha avó foi pega a laço; tenho sangue de índio” - após 523 anos de usurpação genocida da territorialização dos mil povos pelos *napë* que

são espectros canibais que esqueceram suas origens e sua cultura -, onde ela vive - em altas e cintilantes casas de pedra amontoadas sobre um chão nu e estéril, em uma terra fria e chuvosa sob um céu em chamas -, e com o que ela sonha, assombrada por um desejo sem limites - sonha com suas mercadorias venenosas e suas vãs palavras traçadas em peles de papel (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 13).

É preciso levar a sério o que Krenak diz sobre as saídas dos jovens indígenas das aldeias para as universidades. Isso porque ele afirma: “[...] **têm 300 indígenas na universidade. [...] Têm menos 300 indígenas na sua aldeia**”. Além disso, é preciso situar que o sistema educacional foi, desde a chamada “acumulação primitiva” e está sendo até aos dias de hoje, gestado para ser contra a humanidade, voltado para um mercado de trabalho venenoso, que acumula o capital nas mãos de poucos, por meio da exploração do trabalho advindo do ofício das mãos de muitos, que produzem para a classe capitalista de forma acelerada e violenta.

Não estão distantes dos nossos nichos as disparidades sociais que evidenciam a coisificação do ser humano quando matérias documentárias, livros e entrevistas transparecem e acusam as atrocidades que a exploração do sistema capitalista tem orquestrado em um mundo que reproduz ideias republicanas, (pseudo) democráticas e globalizantes. Diante disso, Ailton Krenak aclara que essa ideia de Democracia e de Globalização é para as mercadorias e não para as pessoas, porque as mercadorias transitam “[...] para todo lado, mas as pessoas não. Gente de fora da Europa é refugiado, mas os recursos naturais desses mesmos povos para a Europa consumir - são muito bem-vindos” (KRENAK, 2020, p. 11) e ainda sinaliza que os

---

⁵ Dados coletados na rede social online (Instagram) da Deputada Federal Xakriabá, Célia Xakriabá (2022).

“avanços” no sistema educacional brasileiro se devem unicamente à “transformação de seres humanos imaturos em máquinas para produção de mais-valia” (LEV VYGOTSLY, 1930, p. 5) para o sistema capitalista que faz um homem degenerado a serviço da sua própria produção e não sua produção a seu serviço. *Taluni*.

- 300 indígenas na universidade é < 300 indígenas na aldeia?
- 300 indígenas na universidade é $\propto$ 300 indígenas na aldeia?
- é possível uma escola a favor deles e não contra eles?
- é possível uma escola libertadora?
- quais estratégias para a escola a favor deles (indígenas) e de toda humanidade?
- como superar a dicotomia entre indígena e não indígena?
- qual sistema educacional é necessário para a criação de um novo *napë*?
- qual estratégia de pesquisa, de métodos, de currículo, de disciplinas é necessária?
- quais necessidades e prioridades da escola são pensadas a favor da humanidade?

Taluni...

REFERÊNCIAS

BARRETO, João Paulo Lima. O mundo em mim: uma teoria indígena e os cuidados sobre o corpo no Alto Rio Negro. Brasília, DF: Editora Mil Folhas, 2022.

BARRETO, João Paulo Lima. Kumuã na kahtiroti-ukuse: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em:
https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8289/5/Tese_Jo%C3%A3o%20Paulo_PPGAS.pdf. Acesso em: 3 mar. 2023.

GEMINIANO, Rilane Silva Reverdito. Narrativas Nambikwara Katitauru: vivências transformadoras. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. A Potência do Sujeito Coletivo. Entrevista Parte II. (org.) SILVA, Jailson de Souza e. **Revista Periferia**. p. 1-11). Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: 03 de abr. 2023.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARX, Karl. A assim chamada Acumulação Primitiva. *In*: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1983. t. 2, cap. XXIV, p. 339-381. Livro Primeiro. O Processo de produção do capital.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A luta pelo território como chave analítica para a reorganização da cultura. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers, 2022. p. 11-36.

SMITH, Linda Tuhiwai. T. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: Ed. da UFPR, 2018.

VYGOTSKY, Lev. **A transformação socialista do homem**. Tradução de: Nilson Dória. [S. l.]: Marxists Internet Archive, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/chasqueweb/vygotsky/vygotsky-a-transformacao-socialista-do-homem.htm>. Acesso em: 18 abr. 2022